

4 - Violência no Namoro entre Adolescentes: Uma Revisão da Ação Educativa “PC por Elas” Desenvolvida pela Polícia Civil nas Escolas de Santa Catarina¹

Adolescent Dating Violence: A Review of the “PC por Elas” Educational Initiative Conducted by the Civil Police in Santa Catarina Schools

Margarida do Amaral Costa²

Mellize da Silveira Cardoso³

Sandra Angelita Bouvier⁴

Jeciane Duarte Cardoso de Brito⁵

RESUMO

A violência no namoro entre adolescentes constitui relevante problema de saúde pública e de segurança pública, especialmente diante da persistência das desigualdades de gênero e da reprodução de padrões relacionais violentos desde a adolescência. Diante desse cenário, faz-se necessária a existência de ferramentas metodológicas voltadas à prevenção da violência no namoro, especialmente por meio de grupos reflexivos realizados em escolas. Assim, o presente estudo tem por

¹ Este artigo resulta da pesquisa desenvolvida como requisito para finalização do curso no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Violência da Faculdade de Direito e Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás/UFG, em parceria com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública/RENAESP-MJSP.

² Psicóloga clínica e docente de programas de pós-graduação da Faculdade de Direito e do Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás (UFG), doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). E-mail: amaral@ufg.br

³ Psicóloga policial da Polícia Civil de Santa Catarina, pós-graduada em Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: mellizesc@gmail.com

⁴ Psicóloga policial da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher da Polícia Civil de Santa Catarina, com atuação na Sala Lilás Sul da Ilha, em Florianópolis, pós-graduada em Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: sandra-bouvier@pc.sc.gov.br

⁵ Oficial investigadora da Polícia Civil do Amapá, lotada na Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Criança e Adolescente (DERCCA), bacharela em Direito pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: opc.jeciane@gmail.com

objetivo revisar a ação educativa “PC por Elas nas Escolas”, desenvolvida pela Polícia Civil de Santa Catarina, para a análise e a avaliação de alguns pontos do projeto de intervenção escolar, com perspectiva de sugerir complementações e ajustes em seu escopo. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica e análise documental de materiais institucionais, notícias oficiais e produção científica relacionada ao projeto. Os resultados evidenciam a relevância do projeto da Polícia Civil de Santa Catarina e da atuação preventiva no ambiente escolar, especialmente pela utilização de grupos reflexivos como estratégia de problematização das desigualdades de gênero, dos relacionamentos abusivos e das masculinidades hegemônicas. Identificou-se, contudo, fragilidade na sistematização das ações do “PC por Elas”, ausência de indicadores de avaliação, limitação de registros públicos e inexistência de dados consolidados sobre o alcance e a efetividade do projeto. Conclui-se, portanto, que o projeto apresenta potencial significativo como política preventiva de enfrentamento à violência no namoro entre adolescentes, demandando ampliação de conteúdo e aprimoramentos metodológicos que visem fortalecer sua sustentabilidade institucional e efetividade enquanto política preventiva de enfrentamento à violência de gênero.

Palavras-chave: violência de gênero; namoro na adolescência; ação educativa; Polícia Civil; grupos reflexivos; políticas preventivas.

ABSTRACT

Adolescent dating violence constitutes a significant public health and public safety issue, particularly given persistent gender inequalities and the reproduction of violent relationship patterns starting in adolescence. In this context, there is a need for methodological tools aimed at preventing dating violence, especially through reflective groups conducted in schools. Thus, this study aims to review the educational initiative “PC por Elas nas Escolas”, developed by the Civil Police of Santa Catarina, to analyze and evaluate specific aspects of the school intervention project and suggest additions and adjustments to its scope. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study conducted through a literature review and document analysis of institutional materials, official news reports, and scientific literature related to the project. The results highlight the importance of the Civil Police of Santa Catarina’s project and its preventive work within the school environment, particularly through the use of reflective groups as a strategy to critically examine gender inequalities, abusive relationships, and hegemonic masculinities. However, weaknesses were identified regarding the systematization of “PC por Elas” activities, a lack of evaluation indicators, limited public records, and an absence of consolidated data on the project’s reach and effectiveness. It is concluded, therefore, that the project holds significant potential as a preventive policy for addressing adolescent dating violence,

requiring expanded content and methodological improvements to strengthen its institutional sustainability and effectiveness as a preventive policy for addressing gender-based violence.

Keywords: gender-based violence; adolescent dating; educational initiative; Civil Police; reflective groups; preventive policies.

1 INTRODUÇÃO

O estudo propõe realizar uma revisão da ação educativa “PC por Elas nas Escolas”, desenvolvida por meio de grupos reflexivos, palestras e rodas de conversa no ambiente escolar, voltadas à prevenção da violência de gênero entre adolescentes. O projeto da Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) apresenta potencial significativo como ferramenta metodológica para políticas preventivas de enfrentamento à violência de gênero entre adolescentes, pois a relevância do tema decorre do crescimento das estatísticas de violência contra a mulher. Conforme dados do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), Santa Catarina registrou 17.117 mulheres vítimas de lesão corporal no contexto doméstico em 2023-2024, representando aumento de 3% em relação ao ano anterior. Em âmbito nacional, o crescimento foi de 9,8%, evidenciando a dimensão do problema.

Nesse contexto, o Programa “PC por Elas”, desenvolvido pela PCSC desde 2018, possui como desdobramento o projeto “PC por Elas nas Escolas”, destinado a adolescentes do ensino fundamental e estruturado na modalidade de grupos reflexivos. As atividades são conduzidas por profissionais vinculados às Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMIs), com participação de delegados e psicólogos policiais, abordando temas relacionados à violência de gênero, relacionamentos abusivos e desigualdades de gênero no ambiente escolar (Santa Catarina, 2019a).

Segundo Zanello (2018), a violência de gênero está relacionada aos dispositivos sociais de construção das identidades masculinas e femininas. Enquanto a masculinidade é frequentemente associada à eficácia, virilidade e poder, a identidade feminina permanece vinculada aos dispositivos amoroso e materno. Assim, embora o patriarcado também produza impactos negativos sobre os homens, prevalece a naturalização do poder masculino e da violência nas relações de gênero. Diante de tal contexto, Cunha (2014) destaca a necessidade de políticas específicas para prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) aponta que estratégias

educacionais, políticas públicas e mudanças culturais são fundamentais para prevenção da violência de gênero.

Quando Oliveira (2025) sustenta que a educação constitui instrumento essencial para enfrentamento das desigualdades de gênero desde a infância e adolescência, entende-se que é mediante a capacitação profissional e o fortalecimento de políticas públicas que serão propostas discussões e questionamentos sobre os estereótipos que associam meninas à fragilidade e meninos à agressividade, o que por si perpetua relações desiguais e hierarquizadas. A transformação cultural - articulada a ações educativas e intersetoriais - apresenta-se como eixo relevante para a prevenção da violência (Oliveira, 2025).

Então, o presente estudo tem como objetivo fazer uma revisão da ação educativa “PC por Elas nas Escolas”, desenvolvida pela Polícia Civil de Santa Catarina, voltada à prevenção da violência de gênero no namoro entre adolescentes, por meio da análise e da avaliação de alguns pontos do projeto de intervenção escolar, com perspectiva de sugerir complementações e ajustes em seu escopo. A pesquisa possui metodologia qualitativa, caráter exploratório e descritivo, utilizando pesquisa bibliográfica e análise documental de notícias institucionais, materiais oficiais e produções científicas relacionadas ao projeto.

A relevância do estudo decorre da necessidade de fortalecimento de políticas preventivas no âmbito da segurança pública, especialmente aquelas voltadas à adolescência e à educação para equidade de gênero. Embora o projeto esteja institucionalizado desde 2018 e possua abrangência estadual, observa-se limitada sistematização de informações relativas às metodologias empregadas, aos indicadores de avaliação e aos impactos efetivamente produzidos pelas ações educativas. Diante disso, questiona-se em que medida o projeto “PC por Elas nas Escolas” apresenta estrutura metodológica capaz de contribuir para a prevenção da violência no namoro entre adolescentes, sugerindo que alguns aprimoramentos podem fortalecer sua efetividade enquanto política preventiva de enfrentamento à violência de gênero.

2 APONTAMENTOS SOBRE A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

A violência de gênero caracteriza-se por qualquer ato que resulte em dano físico ou emocional, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra outra, em uma relação pautada em desigualdade e assimetria entre

os gêneros (Zuma *et al.*, 2007). Pode acontecer entre colegas de trabalho ou em outros ambientes relacionais, mas principalmente nas relações íntimas entre parceiros. Krug *et al.* (2002 *apud* OMS, 2010) destacam que o conceito de violência entre parceiros íntimos, conforme adotado pela OMS, abrange uma ampla gama de comportamentos abusivos, incluindo agressões físicas, coerção sexual (como relações sexuais forçadas e outras formas de violência sexual), maus-tratos psicológicos e controle excessivo do comportamento.

Na verdade, embora a violência entre parceiros íntimos possa ocorrer em diferentes configurações relacionais - envolvendo parceiros de ambos os sexos, inclusive em relações homoafetivas -, os dados demonstram que as mulheres são desproporcionalmente mais vitimizadas, sobretudo em contextos sociais marcados por desigualdades de gênero. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) apresenta dados estatísticos alarmantes sobre a violência de gênero nas Américas, pois uma em cada três mulheres e meninas, com idades entre 15 e 49 anos, é vítima de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo, ou de violência sexual perpetrada por indivíduos que não mantêm relações afetivas com elas. O estudo ressalta, ainda, que a violência por parceiro íntimo é a forma mais comum de violência contra a mulher, sendo que, globalmente, até 38% dos homicídios femininos são cometidos por parceiros íntimos do sexo masculino (OPAS, 2011).

A OPAS (2011) afirma ainda que, entre os fatores associados ao aumento do risco de perpetração da violência, estão a baixa escolaridade, maltrato infantil ou exposição à violência na família, uso nocivo do álcool, atitudes violentas e desigualdade de gênero. Há também outros fatores associados ao aumento do risco de ser vítima de parceiros e de violência sexual, tais como a baixa escolaridade, a exposição à violência entre os pais, o abuso durante a infância, atitudes que corroboram consubstancialmente para ocorrência da violência e da desigualdade de gênero.

Portanto, compreender as bases sobre as quais se edifica a cultura de violência de gênero, especialmente em relação a mulheres e meninas, é de extrema relevância. Tal compreensão possibilita a formulação de estratégias eficazes de enfrentamento à violência e contribui para a desconstrução de mentalidades coletivas que normalizam essas práticas (Saffioti, 2004; OMS, 2002). A análise dos fatores socioculturais, econômicos e históricos que alimentam essas dinâmicas é essencial para promover transformações significativas nas atitudes sociais (ONU

Mulheres, 2021; IPEA, 2015). Somente a partir dessa compreensão crítica é possível avançar rumo à equidade de gênero e à erradicação de formas sistemáticas de violência (Scott, 1995).

Segundo Oliveira (2025), a violência de gênero evidencia a resistência de parcelas da população masculina em abdicar dos privilégios sustentados pelas estruturas patriarcais, as quais asseguram a hegemonia da masculinidade tradicional. A inexistência de uma tipificação penal específica para a misoginia no ordenamento jurídico brasileiro contribui para a complexificação do enfrentamento dessas formas de violência, comprometendo a efetividade dos instrumentos legais existentes. Nesse sentido, torna-se imprescindível que, para além da atuação repressiva das instituições policiais, sejam fortalecidas políticas públicas orientadas à promoção da equidade de gênero e à desconstrução dos padrões normativos que legitimam práticas violentas associadas à masculinidade hegemônica.

Sobre a masculinidade, Zanello (2021) apontou três temas principais entre os achados em seus estudos a respeito das masculinidades, quais sejam: saúde, violência contra a mulher e representações. Em relação ao tema “saúde”, a autora sugere que os homens são invisibilizados nos sistemas de saúde. Por outro lado, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2019) alerta que comportamentos de risco e a baixa procura de serviços de saúde por parte dos homens estão relacionados às normas hegemônicas de masculinidade, o que leva os homens a uma expectativa de vida menor que as mulheres, antes dos 70 anos, em muitos países. Os dois estudos citados relacionam a baixa procura pelos serviços de saúde às diferenças de gênero e às normas predominantes de masculinidade, ou seja, o que significa ser ou se tornar “homem”.

Ainda nessa linha, Zanello (2021, p. 679) aponta também que “parece haver algo na socialização masculina que interfere diretamente na questão da violência de gênero”, resultando no que conhecemos popularmente como “violência contra a mulher”. Entende-se que existe uma relação entre visões tradicionais de masculinidade e “predisposição” à violência contra a mulher, ao passo de se dizer que há uma hierarquia entre os gêneros, sua relação com o poder patriarcal, e o uso da violência enquanto demonstração de poder do homem sobre a mulher. É então que essa suposta condição do homem passa a ser entendida como essencializada e naturalizada, com fins de manutenção da virilidade e masculinidade dentro do sistema aqui discutido.

O aspecto relacionado a representações, mencionadas por Zanello (2021, p. 682), refere-se às “representações dos homens na mídia e no público em geral”. A autora descreve que ocorre a manutenção de uma cultura sexista, relacionada a temas como honra e valores, na qual a figura masculina é associada à força, poder, virilidade e dominação sobre as mulheres, numa postura binária e sexista. Portanto, estudos recentes mostram que a obrigação de se enquadrar nessa imagem de super-herói tem sido, na verdade, a grande fonte de angústia masculina, como frisou Zanello (2021). A variável resultante disso é que a masculinidade hegemônica apresenta rigidez de valores, pressionando os homens a aderirem às normas e valores pré-determinados, desconsiderando peculiaridades e gerando sofrimento, o que leva à crise das masculinidades, sobretudo, porque a invisibilidade masculina é “uma invisibilidade de privilégios, com muitos benefícios e vantagens”, dentre eles o “de não ser lembrado constantemente de seu gênero” (Zanello, 2021, p. 684).

No entanto, conforme argumenta Oliveira (2025), essa suposta crise deve ser interpretada com cautela, uma vez que a dominação masculina permanece amplamente presente nas estruturas sociais, e os homens seguem ocupando posições de privilégio e poder, com seus atributos historicamente valorizados. Observa-se, nesse cenário, um tensionamento que não implica ruptura com os modelos tradicionais, mas reação ao questionamento da ordem patriarcal. A alegação de uma “crise” funciona, portanto, como uma estratégia coletiva de reafirmação das hierarquias de gênero, na qual o senso de pertencimento masculino se fortalece na defesa dos valores que sustentam a hegemonia masculina.

3 VIOLÊNCIA NO NAMORO ENTRE ADOLESCENTES E O PROGRAMA DA POLÍCIA CIVIL POR ELAS (“PC POR ELAS”) NAS ESCOLAS

Alegre de Sá (2013) refere que a adolescência representa um período crucial em que as interações entre pares se tornam tão significativas e íntimas quanto as relações estabelecidas entre pais e filhos. Conforme Scott (1995) e Zanello (2018), as identidades de gênero são construídas social e historicamente a partir de expectativas distintas atribuídas a homens e mulheres. Nesse contexto, meninas tendem a ser socializadas para dimensões relacionais e afetivas, enquanto meninos são estimulados à autonomia, ao desempenho e à afirmação da masculinidade. Essas distinções podem ter implicações relevantes na maneira como os jovens lidam com sua identidade de gênero.

Um estudo realizado por Brancaglioni e Fonseca (2016), com 111 adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, buscou compreender a violência por parceiro íntimo na adolescência sob a perspectiva de gênero e geração, e considerou tanto as relações de namoro quanto o “ficar”. Os resultados corroboram os achados de pesquisas anteriores, evidenciando que a violência por parceiro íntimo, durante a adolescência, é um fenômeno comum e de grande magnitude, dada a sua ocorrência em diversos países. A violência verbal e emocional destacou-se como a forma mais prevalente, seguida pela violência sexual e pelas ameaças, o que ressalta a relevância da incidência de violência psicológica.

Observou-se que a experiência e a perpetração de agressões físicas e sexuais ocorrem, predominantemente, em conjunto com a violência psicológica, sendo raros os casos em que essas agressões físicas e sexuais ocorreram isoladamente. Identificou-se uma associação entre sofrer e perpetrar a mesma forma de violência, assim como entre sofrer e perpetrar diferentes tipos de violência. Esses achados são consistentes com a literatura existente sobre o tema, pois os resultados obtidos neste estudo, assim como em investigações anteriores, confirmam a característica de mutualidade nas agressões. Então, embora as meninas tenham apresentado uma frequência de violências sofridas superior à dos meninos, foi identificada uma associação estatisticamente significativa entre o sexo feminino e a perpetração de violência física, verbal/emocional e ameaças (Brancaglioni; Fonseca, 2016).

Ainda com base no estudo de Brancaglioni e Fonseca (2016), enfatiza-se o fato de que 91% dos adolescentes participantes relataram ter perpetrado ao menos uma forma de violência, enquanto 90,1% afirmaram ter sido vítimas de algum tipo de agressão. Esses dados evidenciam que a violência nas relações afetivas juvenis constitui uma realidade amplamente vivenciada entre adolescentes, não se restringindo a contextos de vulnerabilidade social. Em complemento, um estudo com a mesma temática, realizado com 152 adolescentes portugueses, Fernandes *et al.* (2018) encontraram resultados semelhantes, uma vez que 93,4% da amostra foi vítima ou perpetrador de algum tipo de violência, sendo a violência psicológica a mais frequente nessa população.

Assim sendo, o que tais resultados de pesquisa sugerem é que as experiências de violências vividas entre adolescentes, por parceiros íntimos, impactam a saúde física, psicológica e sexual desses jovens, o que reforça a necessidade de intervenções preventivas nas futuras relações afetivas. O que se tem, ainda, é que as crenças, mitos e estereótipos de

gênero são causas para a não identificação, banalização ou legitimação das violências sofridas ou perpetradas (Fernandes *et al.*, 2018). Tem-se, então, a necessidade de intervenção com os adolescentes para conscientizá-los acerca das diversas formas de violência e promover a ressignificação dos elementos constitutivos das masculinidades e feminilidades, a fim de refrear esse fenômeno entre os adolescentes nas suas relações atuais e futuras na vida adulta.

Diante desse panorama de complexidades, o presente estudo revisa, ainda que brevemente, uma ação educativa vinculada ao projeto “PC por Elas nas Escolas”, que visa à prevenção da violência de gênero no namoro entre adolescentes, para análise e avaliação de alguns pontos do projeto de intervenção escolar, com perspectiva de sugerir complementações e ajustes em seu escopo. Assim, este estudo exploratório e descritivo utiliza a pesquisa bibliográfica e a análise documental de notícias institucionais, materiais oficiais e produções científicas relacionadas ao projeto, para propor a relevância do fortalecimento urgente de políticas preventivas no âmbito da segurança pública, especialmente aquelas voltadas à adolescência e à educação para equidade de gênero. Por isso, faz-se necessário tecer reflexões sobre a ação educativa “PC por Elas nas Escolas”, com foco na capacidade da sua estrutura metodológica de contribuir para a prevenção da violência no namoro entre adolescentes e, ainda, com a proposição de alguns aprimoramentos nessa ferramenta de ensino, para o fortalecimento da sua efetividade enquanto política preventiva de enfrentamento à violência de gênero.

3.1 O PROGRAMA POLÍCIA CIVIL POR ELAS (“PC POR ELAS”) NAS ESCOLAS

O site oficial da Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) apresenta o Programa Polícia Civil por Elas (“PC por Elas”), indicando que “é composto por um conjunto de ações que promovem acolhimento e acompanhamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social e que sofreram violência doméstica”, o qual iniciou suas atividades no ano de 2018 (PCSC, 2025). O Projeto “*PC por Elas nas Escolas*” tem abrangência estadual e é realizado, majoritariamente, por meio das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI).

Figura 1 – Imagem inicial do site “Polícia Civil por Elas”



Fonte: Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. “PC por Elas”. Disponível em: <https://pcporelas.pc.sc.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

O programa “PC por Elas” contempla diversos projetos e ações voltadas ao enfrentamento e ao combate à violência contra as mulheres, divididos em quatro eixos temáticos, quais sejam: 1) ações direcionadas às mulheres em situação de violência (Palestras, Grupos Reflexivos com Mulheres, Cores de Cada Vida, Projeto Mulher Segura, Nós nos importamos, Educação Financeira, Perséfone); 2) ações direcionadas aos homens autores de violência de gênero (Grupos reflexivos, Papo de Homem para homem); 3) aos adolescentes (Grupos Reflexivos nas Escolas, Liberdade & Equoterapia, PCSC Defende); 4) aos policiais civis e profissionais da rede de proteção (seminários PC por Elas, capacitações e treinamentos).

Os grupos reflexivos com adolescentes nas escolas constituem uma ferramenta metodológica e educativa de intervenção na situação de violência contra a mulher. Inclusive, um dado relevante sobre a temporalidade do Programa refere-se ao fato de que a pandemia por Covid-19 levou à suspensão dos trabalhos com grupos. Três anos após o início da pandemia, foram retomadas as intervenções relativas ao projeto com adolescentes, sendo realizados grupos reflexivos com este público em um município do sul do estado de Santa Catarina (SC) (Bock *et al.*, 2024).

Sobre as atividades do Programa Polícia Civil por Elas nas Escolas (“PC por Elas nas Escolas”), Bock *et al.* (2024) relataram a experiência realizada, explicando que a atividade foi desenvolvida com alunos do 9º

ano do Ensino Fundamental de uma escola pública. Os encontros tinham duração média de uma hora e quinze minutos e foram realizados ao longo de cinco semanas, trabalhando-se com uma turma de 24 alunos, dividindo-os em dois grupos. O grupo de facilitadoras contou com o apoio do setor de Psicologia da DPCAMI do município e com duas estagiárias do curso de Psicologia de uma universidade da mesma região. Mais especificamente, no que se refere à descrição do trabalho desenvolvido por Bock *et al.* (2024), observa-se a apresentação do conteúdo abordado em cada encontro dos grupos reflexivos, conforme detalhado na Tabela 1, apresentada a seguir:

Tabela 1 – Estrutura inicial proposta no projeto para o grupo reflexivo de gênero com adolescentes nas escolas

Encontros	Proposta
1º Encontro	Apresentação do projeto PC por Elas, a elaboração do acordo de convivência (contrato) e introdução ao tema das relações de gênero (expectativas em relação ao papel de homem e de mulher na sociedade);
2º Encontro	Construção social do Masculino e do Feminino: O objetivo deste encontro foi: “aprofundar a discussão sobre os estereótipos de gênero e problematizar a rigidez subjetiva” a respeito dos papéis de gênero comumente encontrados na sociedade. Assim, “buscou-se produzir reflexões que versassem sobre como a categoria homem e mulher é resultado de uma construção social, que não é universal ou a-histórica”.
3º Encontro	Relacionamentos abusivos, por meio de discussões para oportunizar aos participantes a reflexão a respeito dos “estereótipos de gênero e problematizar a rigidez subjetiva” respeito das categorias homem e mulher enquanto “resultado de uma construção social, que não é universal ou a-histórica”. Os participantes foram instigados a refletir sobre a sobrecarga feminina em relação às tarefas domésticas e as desigualdades de gênero.
4º Encontro	Aprofundar o debate sobre relacionamentos abusivos e explicar sobre a Rede de Proteção à Mulher”. Foram utilizadas frases para provocar discussão e reflexão a respeito dos comportamentos observados em relacionamentos amorosos, levando-os a identificar quando tais comportamentos se tornavam abusivos.
5º Encontro	Os tipos de violência definidos a partir da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006). Foram resgatados os temas trabalhados nos encontros anteriores e foi oferecido um espaço para dirimir as dúvidas daqueles que se manifestaram. “Ao trabalhar a Lei Maria da Penha, os objetivos principais foram a desnaturalização de violências cotidianas e o fechamento dos encontros”.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do estudo de BOCK *et al.* (2024).

O processo reflexivo nos grupos de adolescentes procura propiciar a reflexão acerca dos papéis de gênero, o que implica ser homem e mulher na sociedade e nos relacionamentos, a empatia, a avaliação crítica e a quebra do paradigma da violência como algo comum e banalizado na sociedade, e natural de ser perpetrada por homens em relação às mulheres, em que o mais forte tem o direito de dominar os mais fracos (Acosta; Andrade; Bronz, 2004). Portanto, tendo em vista o conteúdo apresentado na Tabela 1, supracitada, que expõe a estrutura proposta para os grupos reflexivos implementados pelo Projeto “PC por Elas nas Escolas”, e reconhecendo a importância do enfrentamento da violência no namoro entre adolescentes por meio dessa metodologia, ressalta-se o potencial transformador dessa estratégia.

É certo que, ao fomentar reflexões críticas durante a adolescência, tais iniciativas contribuem de forma significativa para a prevenção de comportamentos abusivos (Fernandes *et al.*, 2018), bem como para a promoção de relações afetivas mais seguras na vida adulta dos indivíduos participantes. Destaca-se que o projeto é desenvolvido nas dependências escolares e durante o horário regular de aulas, o que representa um importante facilitador para a adesão dos estudantes. Além disso, a utilização da metodologia de grupos reflexivos favorece o engajamento dos participantes e sua participação ativa e crítica ao longo das atividades.

3.2 SOBRE GRUPOS REFLEXIVOS COMO A FERRAMENTA METODOLÓGICA DO PROJETO “PC POR ELAS NAS ESCOLAS”

Beiras e Bronz (2016) destacam a relevância dos grupos reflexivos de gênero como instrumentos fundamentais na desconstrução das normas que perpetuam a violência de gênero. Segundo os autores, tais normas funcionam como vetores explicativos e legitimadores das formas como as relações sociais devem ser estruturadas, influenciando diretamente as dinâmicas de poder e controle nas interações interpessoais. Assim, ao problematizar essas construções sociais, os grupos reflexivos estimulam uma reflexão crítica acerca dos papéis de gênero, contribuindo significativamente para a desconstrução dos paradigmas que naturalizam a violência e para o avanço da equidade de gênero.

Os grupos reflexivos configuram-se como espaços coletivos de diálogo e análise crítica, nos quais os participantes são convidados a refletir sobre suas experiências, valores e comportamentos, especialmente no que

tange às relações de gênero e à prevenção da violência. Segundo Acosta, Andrade e Bronz (2004), os grupos possibilitam compreender como a violência é produzida e naturalizada nas relações cotidianas. Na verdade, o trabalho realizado privilegia o grupo como espaço de transformação, onde a ressonância entre os sujeitos possa ser provocada por meio das narrativas e da linguagem não-verbal.

Portanto, o Programa “PC por Elas nas Escolas” insere-se como uma iniciativa que visa abordar as possíveis manifestações de violência no namoro entre adolescentes, utilizando a metodologia dos grupos reflexivos para fomentar a reflexão crítica e a construção de novas formas de relacionamento baseadas no respeito e na igualdade. A metodologia desse grupo reflexivo de gênero, conforme descrita por Beiras e Bronz (2016), enfatiza a importância de criar um ambiente seguro e acolhedor, que favoreça a escuta ativa e a construção coletiva de sentidos. Essa abordagem, no que se refere ao “PC por Elas nas Escolas”, busca desconstruir normas de gênero que perpetuam a violência, promovendo a reflexão crítica sobre os papéis de gênero e contribuindo para a promoção da equidade.

A aplicação da dinâmica de grupo, conforme proposta por Lewin e Lippit (1938) e posteriormente por densa literatura de Lewin (1944; 1947; 1948a; 1948b; 1948c; 1948d), pode corroborar para a abordagem proposta no Programa “PC por Elas nas Escolas”, sobretudo, porque Lewin postulou que a realidade do grupo funciona como uma entidade social, que deve ser tomada como objeto de estudo científico, destacando a importância do clima ou atmosfera do grupo como fator determinante para a mudança social.

Mais precisamente, é preciso vislumbrar, como propuseram Lapassade (1983) e Lane (1994), que o grupo é o mecanismo mais eficiente para ser facilitador (ou não) da mudança, porque somente ele consegue modificar ou fixar os padrões de grupo, em um campo de força que tenderá a estabilizar, de uma forma ou de outra, a conduta do indivíduo no novo nível de grupo. Daí, a importância do clima ou atmosfera de grupo como fator determinante para a mudança social, relacionando-o ao estilo de liderança (Lapassade, 1983; Lane, 1994).

Considerando-se, entretanto, a proposta dos grupos reflexivos de gênero e o contexto específico da adolescência - fase marcada pela construção de identidades, vínculos afetivos e aprendizados sociais -, destaca-se a importância da atuação preventiva nesse período, por meio

da educação, para promover mudanças culturais e sociais voltadas à equidade de gênero e à prevenção da violência doméstica na vida adulta. Nesse cenário, o Projeto “PC por Elas nas Escolas” se insere como estratégia relevante, cuja efetividade pode ser potencializada pela integração das dinâmicas de grupo propostas por Lewin (1944) nos grupos reflexivos, capazes de favorecer transformações nas atitudes e comportamentos dos adolescentes frente às questões de gênero e violência.

4 O PROJETO “PC POR ELAS” NAS ESCOLAS: PROPOSTAS DE IMPLEMENTAÇÕES E AJUSTES

Partindo da análise da ação educativa “PC por Elas nas Escolas”, desenvolvida pela Polícia Civil de Santa Catarina, voltada à prevenção da violência de gênero no namoro entre adolescentes, entende-se essa fase de fato como estratégica para prevenção da violência doméstica na vida adulta. Este estudo qualitativo-exploratório, também de caráter descritivo, utiliza o levantamento bibliográfico e a análise documental de notícias institucionais, materiais oficiais e produções científicas, relacionadas ao projeto, com a perspectiva de sugerir complementações e ajustes em seu escopo.

Assim, o presente estudo tem demonstrado que, mesmo na Polícia Civil de Santa Catarina/PCSC - em que o Programa “PC por Elas” está institucionalizado desde 2018 - o pouco acervo documental e bibliográfico das ações realizadas aponta para a falta de registro oficial das ações desenvolvidas, dificultando o acesso aos dados das ações realizadas. Em tempo, registra-se que a pandemia de Covid-19 impactou o ritmo das ações, que estavam sendo realizadas, sobretudo pela adoção de medidas sanitárias de isolamento social, principalmente (MS, 2018). Mas, como o projeto apresenta potencial significativo como política preventiva de enfrentamento à violência no namoro entre adolescentes, após a pandemia ele foi retomado como uma forte política preventiva de enfrentamento à violência de gênero.

Na atualidade, porém, o Fortalecimento do Programa “PC por Elas” está contemplado como um dos projetos estratégicos, do ciclo de 2024-2025, do Planejamento Estratégico institucional da PCSC. No que se refere às informações disponíveis, verificou-se apenas uma divulgação genérica indicando que o projeto seria implementado inicialmente em 12 municípios do estado, com previsão de expansão para as demais

localidades. Dentre esses, apenas os municípios de Criciúma e Joinville apresentaram registros públicos, seja por meio de notícias ou de artigos científicos (Santa Catarina, 2025). Ressalta-se, contudo, a limitação de registros públicos sobre os objetivos, monitoramento e resultados da iniciativa. O que se tem, portanto, é que até o presente momento, não se sabe se o projeto alcançou os resultados esperados.

4.1 PROPOSTAS DE REVISÃO, APRIMORAMENTO E ATUALIZAÇÕES DA FERRAMENTA “PC POR ELAS” NAS ESCOLAS

O Projeto “PC por Elas nas Escolas” pode ser aprimorado mediante revisões, aprimoramentos e ajustes em seu protocolo de atividades, considerando seu potencial preventivo e os impactos positivos decorrentes das ações psicoeducativas desenvolvidas em escolas de Santa Catarina. Por isso, evidencia-se a necessidade de estruturar mecanismos de monitoramento e avaliação que contemplem definição de indicadores, sistematização de dados e análise contínua da efetividade do projeto. Ressalta-se, contudo, a inexistência de um banco de dados unificado e acessível ao público com informações sobre o número de alunos alcançados e beneficiados pela iniciativa, o que fragiliza o acompanhamento longitudinal de seus resultados e impactos.

Como proposta de atualização do Projeto, inicialmente recomenda-se a aplicação, ao final dos encontros com os adolescentes, de uma pesquisa estruturada em formato de inventário. O instrumento poderá utilizar escala Likert de cinco pontos — variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente” —, permitindo aos participantes expressar suas percepções acerca dos aprendizados construídos durante as atividades grupais.

Importa destacar que a elaboração do formulário de pesquisa deve basear-se em enunciados capazes de mensurar indicadores vinculados aos objetivos específicos do projeto. Segundo Cruz e Ribeiro (2004), os indicadores devem ser definidos a partir desses objetivos, traduzindo os resultados esperados em variáveis mensuráveis, sobretudo porque a avaliação da efetividade de um projeto requer a “definição de indicadores de desempenho diretamente relacionados aos seus objetivos específicos, os quais orientam o monitoramento e permitem ajustes ao longo da implementação” (Cruz; Ribeiro, 2004, p. 63).

Além disso, Weiss (1998) argumenta que a clareza dos objetivos específicos constitui condição necessária para a formulação de bons indicadores, pois define o que se pretende modificar, em quem e em quanto tempo, oferecendo base para a mensuração. Diante disso, apresentam-se na Tabela 2, disposta a seguir, os blocos temáticos, os objetivos específicos correspondentes, os indicadores propostos e as proposições a serem incluídas no formulário de avaliação aplicado aos adolescentes participantes do Programa PC por Elas nas Escolas.

Tabela 2 – Blocos temáticos, objetivos específicos, indicadores e proposições para formulário de avaliação

Bloco	Objetivos específicos	Indicadores	Proposições – com linguagem acessível – para medir o indicador
Bloco 1 – Gênero e Estereótipos	Refletir criticamente sobre os papéis sociais de gênero, visando à desconstrução de estereótipos que sustentam desigualdades e contribuem para a perpetuação da violência nas relações afetivas.	Taxa de alunos(as) que conseguem reconhecer e questionar estereótipos de gênero em interações sociais e contextos escolares.	Depois de participar do grupo, passei a entender as situações em que meninos e meninas são tratados de forma diferente.
			As discussões no grupo me ajudaram a me perguntar sobre comportamentos e falas que reforçam as diferenças entre homens e mulheres.
			Agora entendo que algumas coisas que dizemos de brincadeira servem para reforçar o preconceito em relação às mulheres.
Bloco 2 – Compreensão dos impactos da violência e conhecimento dos direitos	Objetivo específico: Identificar os impactos da violência de gênero, em suas dimensões emocionais, sociais e legais.	Taxa de alunos(as) que percebem ter ampliado sua compreensão dos impactos da violência de gênero nas esferas emocional, social e legal.	Hoje vejo que a violência de gênero pode afetar a saúde emocional das vítimas.
			Fiquei sabendo que a violência de gênero pode dar cadeia para o agressor.
			Entendo que a violência de gênero afeta a mulher, seus filhos e às vezes outros familiares e amigos.

Bloco	Objetivos específicos	Indicadores	Proposições – com linguagem acessível – para medir o indicador
Bloco 3 – Namoro e Comportamentos Abusivos	Identificar comportamentos abusivos no namoro, visando à sua prevenção.	Taxa de alunos(as) que percebem ter ampliado sua capacidade de reconhecer comportamentos abusivos em relacionamentos afetivos, especialmente no contexto do namoro.	Depois de participar do grupo comecei a entender que algumas atitudes que eu pensava que eram normais são tentativas de controlar a parceira.
			Agora entendo que ciúmes, às vezes, não são sinal de amor, mas podem ser sinal de abuso.
			Agora sei quais comportamentos são abusivos no namoro.
			Sinto que melhorei minha capacidade de proteger a mim mesmo(a) e outras pessoas contra relações abusivas.
Bloco 4 – Conflitos e Comunicação Saudável	Desenvolver habilidades de resolução pacífica de conflitos nos relacionamentos	Taxa de alunos(as) que percebem ter ampliado sua capacidade de lidar com conflitos em relacionamentos interpessoais de forma pacífica, respeitosa e sem recorrer à violência	Depois de participar do grupo, sinto que consigo controlar melhor minhas reações durante um conflito
			Aprendi que tentar resolver conflitos com calma e diálogo é melhor do que gritar ou impor minha opinião.
			Agora entendo que às vezes cabe a mim parar de discutir para evitar uma briga maior.

Bloco	Objetivos específicos	Indicadores	Proposições – com linguagem acessível – para medir o indicador
Bloco 5 – Lei Maria da Penha e Direitos das Mulheres	Identificar os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha, promovendo a desnaturalização de práticas violentas e o reconhecimento dos direitos das mulheres.	Taxa de alunos(as) que acreditam reconhecer os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha. Taxa de alunos(as) que acreditam ter ampliado sua percepção sobre a naturalização da violência no cotidiano.	Sinto que desenvolvi a habilidade de propor soluções em conjunto, mesmo quando não concordo com alguém.
			Depois de participar do grupo percebi que não é só a agressão física que é considerada violência.
			Agora consigo perceber a diferença entre um conflito comum no namoro e o que é crime previsto na Lei Maria da Penha.
			Hoje entendo que as situações que antes eu achava que eram normais, na verdade, são formas de violência.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Do Formulário de Avaliação, que será gerado para a coleta de informações, segundo blocos temáticos, como pode ser visto na Tabela 1, o que se espera é a captação de dados para análise, uma vez que a pesquisa proposta será realizada pela Coordenadoria do Programa PC por Elas, à qual o projeto pertence. Ademais, informações como o número de alunos participantes no primeiro e no último encontro, os municípios contemplados, os critérios utilizados para a seleção das escolas, o tipo de instituição educacional (pública, municipal, estadual ou privada), a quantidade de grupos realizados por região e em todo o estado, o total de estudantes alcançados ao final das atividades, bem como as instituições parceiras envolvidas constituem elementos relevantes para a sistematização, monitoramento e avaliação do programa, além de contribuir para o registro e fortalecimento de sua trajetória.

Assim, a sugestão subsequente é que os resultados sejam amplamente divulgados, para subsidiar propostas de melhorias e fomento das ações positivas. Em consonância com essa ação, a metodologia aplicada nos

grupos reflexivos com adolescentes deve detalhar os temas abordados em cada encontro (Bock *et al.*, 2024). Então, em complemento, o que se propõe também é a reformulação dos conteúdos programáticos, com a destinação exclusiva do segundo encontro ao tema das “masculinidades” (Barral; Zanello, 2021; OPAS/OMS, 2025).

A proposta de inclusão de uma abordagem pontual, no 2º Encontro, sobre o tema das “masculinidades” parte do entendimento das pesquisadoras de que é necessário aprofundar a discussão sobre os padrões de masculinidade e, principalmente, seus impactos nas relações interpessoais e na sociedade em geral. O que se entende é que o processo psicoeducativo do Projeto PC por Elas nas Escolas deve abranger claramente as consequências das “masculinidades hegemônicas”, que vão além das vivenciadas pelas mulheres, porque estão afetando também os próprios homens – também vítimas de violências múltiplas - e os contextos sociais em que estão inseridos, em função da estrutura arraigada no patriarcado. Dessa forma, sugere-se a ampliação da programação original, com inclusão de um encontro adicional, resultando na estrutura temática explicitada na Tabela 3, disposta abaixo:

Tabela 3 – Estrutura Proposta com Atualização para o Grupo Reflexivo com adolescentes nas escolas

Encontros	Proposta
1º Encontro	Apresentação do projeto, elaboração do acordo de convivência (contrato) e introdução ao tema das relações de gênero (expectativas em relação ao papel de homem e de mulher na sociedade).
2º Encontro	Refletir sobre o que é masculinidade e os impactos das construções sociais.
3º Encontro	Refletir sobre o que é ser mulher, quem define este papel e os impactos desta construção social.
4º Encontro	Relacionamentos amorosos (idealizações no namoro e idealizações a respeito do parceiro).
5º Encontro	Relacionamentos abusivos, utilizar folder para análise dos relacionamentos amorosos.
6º Encontro	Lei Maria da Penha, Tipos de violência, Rede de proteção (a quem pedir ajuda).

Fonte: Elaborado pelas autoras como adaptação da proposta de BOCK *et al.* (2024).

Como mostra a Tabela 3, o 2º Encontro do Grupo Reflexivo, em grifo itálico, passa a focar a construção social da masculinidade e seus impactos. Originalmente, discutia-se masculino e feminino em um único encontro, problematizando estereótipos e papéis de gênero. Propõe-se agora dividir esse conteúdo em dois encontros. Dessa forma, o 2º Encontro será centrado na masculinidade, enquanto o 3º, no feminino. O 4º Encontro abordaria os relacionamentos amorosos, suas idealizações e expectativas, enquanto o 5º trataria de relacionamentos abusivos, com uso de um folder como ferramenta reflexiva.

Destaca-se então a ausência de materiais pedagógicos de apoio ao projeto. Assim, propõe-se a criação desses recursos, como o folder elaborado pelas pesquisadoras, inspirado na Cartilha “Crush Perfeito?”, do TJSC. Sugere-se sua utilização nos encontros, com inclusão da identidade visual do programa e da PCSC, como se apresenta nas Figuras 2 e 3:

Figura 2 – Miolo, contracapa e capa do folder proposto



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025). Adaptado da Cartilha “Crush Perfeito?”, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).

Figura 3 – Miolo do folder proposto



Fonte: Elaborado pelos autores (2025). Adaptado da "Cartilha Crush perfeito?", do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).

A aplicação e abordagem do conteúdo do folder encerram também as atividades do 5º Encontro, de modo que, na sequência reestruturada, a proposta programática antevê no 6º Encontro uma oportunidade para abordar temas correlacionados à Lei Maria da Penha, aos diferentes tipos de violência e à rede de proteção disponível, enfatizando a quem recorrer em situações de vulnerabilidade. Além disso, recomenda-se aqui a aplicação do *Formulário de Avaliação*, que ainda será aprimorado e formatado, de forma a mensurar os indicadores previamente estabelecidos, permitindo analisar o alcance dos objetivos dos grupos reflexivos nas escolas em que serão efetivadas as ações pedagógicas.

Por fim, ao se realizar o encerramento do grupo, promover-se-á uma síntese das discussões e reflexões desenvolvidas ao longo dos encontros. Adicionalmente, não foram localizadas informações relativas à capacitação dos(as) policiais responsáveis pela facilitação dos grupos reflexivos,

evidenciando a necessidade de qualificação voltada ao aprimoramento do uso dos recursos didático-pedagógicos em processo de atualização, considerando a realidade atual observada pelos agentes atuantes no “PC por Elas” nas escolas de Santa Catarina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da ação educativa “PC por Elas nas Escolas”, proposta neste estudo e desenvolvida pela Polícia Civil de Santa Catarina, partiu de uma análise e avaliação breves de alguns pontos do projeto de intervenção escolar, com a perspectiva de sugerir complementações e ajustes em seu escopo. A iniciativa da PCSC evidencia a relevância dos grupos reflexivos como ferramenta e estratégia de prevenção à violência no namoro entre adolescentes. O exame da proposta em vigor ressalta, contudo, a ausência de informações claras quanto aos objetivos específicos da ação, bem como a inexistência de mecanismos de monitoramento, avaliação de resultados ou mensuração dos impactos efetivos gerados. Essa lacuna compromete a verificação minuciosa da efetividade da iniciativa e torna incerto o seu impacto concreto na prevenção da violência nas relações afetivo-sexuais juvenis.

Da mesma forma, não foram localizadas informações a respeito da capacitação técnica dos(as) policiais civis, responsáveis pela facilitação dos grupos reflexivos, o que, na ausência de registros formais, permite inferir a inexistência de processos sistematizados de formação, voltados à condução metodológica e ética dessas atividades. Essa constatação aponta para a necessidade urgente de qualificação específica, considerando o caráter sensível das temáticas abordadas e os impactos diretos sobre o público-alvo.

Diante desse cenário, propôs-se a reformulação dos conteúdos programáticos do grupo, com a inclusão de um encontro específico dedicado à discussão sobre masculinidades, de modo a aprofundar o debate sobre os padrões de gênero e suas implicações sociais e relacionais. Tal ampliação visa fortalecer o potencial crítico-reflexivo do processo grupal, promovendo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas que sustentam a desigualdade de gênero e a violência nas relações afetivas.

Como medida de avaliação e sistematização dos resultados, recomenda-se a implementação de um instrumento de pesquisa estruturado em formato de inventário, a ser aplicado ao final dos encontros

com os adolescentes. Para tanto, foram apresentados blocos temáticos, objetivos específicos, indicadores avaliativos e enunciados orientadores a serem incorporados no referido formulário, possibilitando, assim, o levantamento de dados qualitativos e quantitativos que subsidiem futuras análises e eventuais revisões e aprimoramentos da metodologia adotada.

As autoras deste estudo sugeriram, ainda, o uso de um folder especificamente elaborado com questões relativas à ocorrência de violência no namoro, o qual convida o/a adolescente a refletir sobre a condição de existência do relacionamento/namoro, disponibilizando os canais de denúncia para os casos em que se verifique violência. Por último, frisa-se que as propostas aqui apresentadas revisaram a ação educativa “PC por Elas nas Escolas” para contribuir com o aperfeiçoamento técnico-metodológico do projeto, assegurando, assim, sua efetividade, sustentabilidade e impacto social no enfrentamento à violência de gênero desde a adolescência.

6 REFERÊNCIAS

ACOSTA, F.; ANDRADE, R.; BRONZ, A. Grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres: uma proposta de enfrentamento da violência de gênero. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 107–121, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 1. 2026**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf> Acesso em: 10 jul. 2026.

BARRAL, D. C.; ZANELLO, V. Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. **Revista Psicologia e Política**, São Paulo, v. 21, n. 52, p. 672–688, dez. 2021.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. Grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres: uma abordagem de gênero. In: NOGUEIRA, Cláudia; PASINATO, Wânia (org.). **Violência de gênero: desafios e possibilidades para a atuação em rede**. Florianópolis: Coletivo Feminino Plural, 2016. p. 161–174.

BOCK, M. F.; CAVALER, C. M.; MACARINI, S. M.. Grupos reflexivos como estratégia de prevenção à violência no namoro: relato de experiência. **Revista Ciência & Polícia**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 29–47, 2024.

BRANCAGLIONI, B. C. A.; FONSECA, R. M. G. S. Violência por parceiro íntimo na adolescência: uma análise de gênero e geração. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 69, n. 5, p. 890–898, 2016.

CUNHA, B. M. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In: **XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, 2014, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/porta1/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf> Acesso em: 3 abr. 2025.

CRUZ, L. P.; RIBEIRO, A. G. M. **Avaliação de projetos sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. São Paulo: Cortez, 2004.

FERNANDES, M. I. D.; ALEGRE DE SÁ, M. C.; FIGUEIRA VERÍSSIMO, C. M.; NETO LEITÃO, M. Violência por parceiro íntimo nos adolescentes: conhecer o fenômeno para intervir. **XVI Colóquio Panamericano de Investigación en Enfermería**, Cuba, 2018. Disponível em: <https://coloquioenfermeria2018.sld.cu/index.php/coloquio/2018/paper/view/939> Acesso em: 14 abr. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br> Acesso em: 3 jun. 2025.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 78–98.

LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. In: LEWIN, K.; LIPPIT, R (orgs.). **An experimental approach to the study of autocracy and democracy**: a preliminary note. *Sociometry*, [S. l.], v. 1, n. 3/4, p. 292–300, 1938.

LEWIN, K. **The dynamics of group action**. *Educational Leadership*, v. 4, p. 195–200, 1944. Disponível em: https://files.ascd.org/stat-icfiles/ascd/pdf/journals/ed_lead/el_194401_lewin.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

LEWIN, K. **A origem do conflito no casamento**. In: LEWIN, K. (org.). *Problemas de Dinâmica de Grupo*. São Paulo: Cultrix, 1948a. p. 100–118.

LEWIN, K. **A situação de um conflito crônico na indústria**. In: LEWIN, K. (org.). *Problemas de Dinâmica de Grupo*. São Paulo: Cultrix, 1948b. p. 141–156.

LEWIN, K. Experimentos com espaço social. In: LEWIN, K. (org.). **Problemas de Dinâmica de Grupo**. São Paulo: Cultrix, 1948c. p. 87–99.

LEWIN, K. O ódio a si mesmo entre os judeus. In: LEWIN, K. (org.). **Problemas de Dinâmica de Grupo**. São Paulo: Cultrix, 1948d. p. 200–214.

LEWIN, K. Fronteiras na Dinâmica de Grupo. In: LEWIN, K. (org.). **Teoria de Campo em Ciência Social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965. p. 213–266.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Covid-19 - Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19#:~:text=Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Controle&text=Uso%20de%20m%C3%A1scaras%3A%20Recomendado%20para,obrigat%C3%B3rio%20para%20profissionais%20e%20visitantes> Acesso em: 5 mar. 2025.

OLIVEIRA, Í. R. N. Entre a lei e o ódio: a violência contra as mulheres sob a ótica da masculinidade. **Revista FT**, Ciências Sociais Aplicadas, v. 29, ed. 144, mar. 2025.

ONU MULHERES. **Violência contra mulheres**: causas, consequências e estratégias de prevenção. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br> Acesso em: 3 jun. 2025.

OPAS/OMS. **A importância de abordar a masculinidade e a saúde dos homens para avançar rumo à saúde universal e à igualdade de gênero**. 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/25-2-2019> Acesso em: 27 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/ Acesso em: 3 jun. 2025.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **PC por Elas**. Florianópolis: Polícia Civil de Santa Catarina, [2025]. Disponível em: <https://pcporelas.pc.sc.gov.br/> Acesso em: 11 abr. 2025.

SÁ, M. C. A.; FIGUEIRA VERÍSSIMO, C. M.; AMADO VENTURA, M. C. Prevenir a violência no namoro: N(amoro) (im)perfeito – Fazer diferente para fazer a diferença. **Revista de Enfermagem Referência**, Série Monográfica, p. 43–48, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTA CATARINA. **Notícia**: Polícia Civil “Por Elas nas Escolas” começa nesta quinta-feira com reuniões entre policiais e professores. Governo do Estado de Santa Catarina, 14 ago. 2019a. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/policia-civil-por-elas-nas-escolas-comeca-nesta-quinta-feira-com-reunioes-entre-policiais-e-professores/> Acesso em: 2 maio 2025.

SANTA CATARINA. **Entrevista**: começa o projeto Polícia Civil “Por Elas nas Escolas”. Governo do Estado de Santa Catarina, 15 ago. 2019b. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/entrevista-comeca-o-projeto-policia-civil-por-elas-nas-escolas/> Acesso em: 2 maio 2025.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC). **Crush perfeito?** Gabinete da Presidência. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/campanhas/crush-perfeito>- Acesso em: 14 abr. 2025.

WEISS, C. H. **Evaluation**: methods for studying programs and policies. 2. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZUMA, C. E. Violência de gênero na vida adulta. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. (orgs.). **Impactos da violência na saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 149–185.

Data da submissão: 05.06.2026.

Data da aprovação: 07.07.2026.